

DECRETO Nº 148/2009.

“Homologa a Instrução Normativa **SPO – n.º 005/2009 – VERSÃO 01/2009**, que dispõe sobre as Normas Internas de Projeção de Impacto Orçamentário e Financeiro em Decorrencia da Ampliação das Despesas na Administração Publica do Município de Barra do Bugres”.

Wilson Francelino de Oliveira, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município de 05 de abril de 1990, art. 79 inciso XIV, e objetivando a operacionalização do Sistema de Planejamento, Orçamento e Controle da Prefeitura de Barra do Bugres.

D/E/C/R/E/T/A:

Art. 1º - Fica homologada a Instrução Normativa SPO -05, que dispõe sobre as Normas Internas de Projeção de Impacto Orçamentário e Financeiro em Decorrencia da Ampliação das Despesas na Administração Publica do Município de Barra do Bugres, na forma do Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito em 21 de dezembro de 2009.

WILSON FRANCELINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 148/2009**ANEXO I****INSTRUÇÃO NORMATIVA SPO 05**

ASSUNTO: Normas Internas de Projeção de Impacto Orçamentário e Financeiro em Decorência da Ampliação das Despesas na Administração Publica do Município de Barra do Bugres.

ORGÃO CENTRAL/UNIDADE RESPONSÁVEL: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Controle.

SETORES ENVOLVIDOS/UNIDADE EXECUTORA: Departamento de Gestão Orçamentária.

SISTEMA ADMINISTRATIVO: Sistema de Planejamento, Orçamento e Controle.

I) DOS OBJETIVOS

1) Instituir procedimentos para projeção de impacto orçamentário e financeiro em decorrência da ampliação das despesas na Administração Publica Municipal.

II) DOS CONCEITOS

1) Impacto Orçamentário-financeiro: pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas.

III) BASE LEGAL E REGULAMENTAR

1) Constituição Federal em geral e especificamente os art. 37, art. 70, art. 165, incisos I, II e III;

2) A Constituição Estadual de Mato Grosso;

3) Lei Federal nº 8.429 de 02 de junho de 1992, que dispõe as sanções aplicáveis aos agentes Públicos nos casos de enriquecimentos ilícitos no exercício de mandato,

cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional das outras providências;

4) Lei Complementar nº 269/2007, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato grosso e da outras providências;

5) Resolução nº 14, de 25 de setembro de 2007, que Institui o regimento do Tribunal de Contas nos termos da Lei Complementar nº 269, de 29 de janeiro de 2007 - Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato grosso;

6) RESOLUÇÃO nº. 02/2003 “Dispõe sobre a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, estabelecida na Lei Complementar nº. 01, de 04 de Maio de 2000”;

7) DECRETO-LEI Nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, que “dispõe sobre código Penal Brasileiro”

8) LEI Nº 1.079, DE 10 DE ABRIL DE 1950. Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento;

9) DECRETO-LEI Nº 201 DE 27 DE FEVEREIRO 1967, Dispõe sobre a Responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, e dá outras Providências.

10) LEI Nº 10.028, DE 19 DE OUTUBRO DE 2000. Altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, e o Decreto-Lei no 201, de 27 de fevereiro de 1967;

11) Lei nº. 4.320 de 17 de março de 1964, que institui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados dos Municípios e do Distrito Federal;

12) Resolução 01/2007, que aprova “Guia de implantação do Sistema de Controle Interno na Administração Pública” estabelece Prazos e da outras providências;

13) Lei complementar nº 101 de 4 de maio de 2000, que Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

14) Lei Complementar Municipal 001/2005, que Dispõe sobre reestruturação do Estatuto dos servidores Público do município de Barra do Bugres, e da outras providências correlatas;

15) Lei complementar nº 020/2008, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno, cria a Controladoria Geral de Controle Interno da Administração Pública Municipal, e dá outras providências;

16) Decreto nº 47/2008, que dispõe sobre a regulamentação da Controladoria Geral do Município de Barra do Bugres-MT;

17) Decreto nº 48/2008, que Institui o Regimento Interno da Controladoria Geral da prefeitura de Barra do Bugres, além de outras normas que venham assegurar o cumprimento dos princípios inerentes, bem como, Legislação Municipal e disposições do Tribunal de Contas do Estado;

18) Fundamentado nesses termos e com o intuito de cumprir com os requisitos obrigatórios do TCE/MT em remessa de documentos o Sistema de Controle Interno estabelece a presente Instrução Normativa na prática de suas atividades:

IV) DAS RESPONSABILIDADES

1) Da Unidade Responsável pela Instrução Normativa:

1.1) Promover a divulgação e implementação da Instrução Normativa, mantendo-a atualizada; orientar as áreas executoras e supervisionar sua aplicação;

1.2) Promover discussões técnicas com as unidades executoras e com a unidade responsável pela coordenação de controle interno, para definir as rotinas de trabalho e os respectivos procedimentos de controle que devem ser objeto de alteração, atualização ou expansão.

2) Das Unidades Executoras:

2.1) Atender às solicitações da unidade responsável pela Instrução Normativa, quanto ao fornecimento de informações e à participação no processo de atualizações;

2.2) Alertar a unidade responsável pela Instrução Normativa sobre alterações que se fizerem necessárias nas rotinas de trabalho, objetivando as sua otimização, tendo em vista, principalmente, o aprimoramento dos procedimentos de controle e o aumento da eficiência operacional;

2.3) Manter a Instrução Normativa à disposição de todos os funcionários da unidade, velando pelo fiel cumprimento da mesma;

2.4) Cumprir fielmente as determinações da Instrução Normativa, em especial quanto aos procedimentos na geração de documentos, dados e informações.

V) DOS PROCEDIMENTOS

1) Na Área do Gasto Público:

1.1) consolidar e demonstrar a projeção do gasto público;

1.2) consolidar e demonstrar a análise do gasto público bimestral, quadrimestral e anualmente, dentro da metodologia e diretrizes da Política do Gasto Público Estadual;

1.3) propor valor para o gasto com os grupos de despesa Juros e Encargos da Dívida e Amortização da Dívida, instruído com memória e metodologia de cálculo, conforme determina Lei Complementar n. 101/2000 (LDO-LOA).

1.4) propor alterações e correções referentes ao gasto público estadual;

1.5) analisar e demonstrar a execução financeira da receita e da despesa pública estadual, no período avaliado, tendo como referência as diretrizes da Política do Gasto Público;

1.6) analisar e demonstrar o confronto entre a programação financeira estadual inicial e sua execução, no período avaliado;

1.7) analisar e demonstrar a apuração dos indicadores de metas fiscais revistos na legislação vigente;

1.8) analisar e demonstrar o cenário da dívida pública estadual, a médio e a longo prazo, e sua conformidade com a legislação vigente;

1.9) analisar e demonstrar o impacto fiscal decorrente de criação de cargos e incremento de subsídios, dos órgãos da Administração Pública Direta e Indireta, no período avaliado;

1.10) demonstrar a estimativa de impacto financeiro, decorrente das solicitações de reprogramação e replanejamento da ação governamental;

1.11) demonstrar a capacidade de endividamento na contratação de empréstimos por parte do Município;

2) Na Área de Pessoal:

2.1) demonstrar o gasto com o grupo de despesa Pessoal e Encargos Sociais, instruído com memória e metodologia de cálculo, conforme determina Lei Complementar n. 101/2000 (LDO-LOA);

2.2) analisar e demonstrar a previsão e execução da despesa com pessoal ativo, inativo, pensionistas, temporários e encargos sociais da Administração Pública Direta e Indireta, no período avaliado bem como do exercício em curso, identificando os eventos não previstos no orçamento;

2.3) monitorar as metas da despesa de pessoal ativo, inativo e de pensionistas, bem como encargos sociais, em relação à legislação pertinente;

2.4) analisar e demonstrar o planejamento de realização de concursos e os efeitos orçamentários e financeiros decorrentes do incremento com provimento de cargos.

3) Na Área de Gestão e Modernização:

3.1) analisar e demonstrar os efeitos orçamentários e financeiros decorrentes das propostas de reestruturação organizacional dos órgãos do Município, apresentadas no período.

4) Na Área de Patrimônio e Aquisições Governamentais:

4.1) analisar e demonstrar os eventos de aquisição e alienação de patrimônio mobiliário e imobiliário do Município que afetam o resultado do exercício, no período a ser avaliado.

5) Na Área de Planejamento:

5.1) demonstrar o gasto com os grupos de despesa Outras Despesas Correntes, Investimentos e Inversões Financeiras, instruído com memória e metodologia de cálculo, conforme determina Lei Complementar n. 101/2000 (LDO-LOA);

5.2) analisar e demonstrar a execução orçamentária municipal, no período avaliado, tendo como referência a Lei Orçamentária Anual;

5.3) analisar e demonstrar o confronto da previsão com a execução orçamentária municipal, identificando os créditos adicionais que retificaram a Lei Orçamentária Anual;

5.4) analisar e demonstrar, anualmente, a realização dos programas de governo em curso, sob o aspecto quantitativo, evidenciando o resultado da ação governamental e o aspecto qualitativo;

5.5) demonstrar o impacto orçamentário decorrente das solicitações de créditos adicionais das ações governamentais.

5.6) demonstrar as irregularidades financeiras, orçamentárias e patrimoniais identificadas e relatá-las aos ordenadores de despesa;

5.7) demonstrar as irregularidades detectadas na execução das ações de governo, abrangendo atos, contratos e convênios da Administração Pública Direta e Indireta, no período avaliado;

VI) DO PROCESSO ADMINISTRATIVO:

1) O descumprimento do previsto nos procedimentos aqui definidos será objeto de instauração de Processo Administrativo para apuração da responsabilidade da realização do ato contrário às normas instituídas, na qual terá como base legal para instauração do mesmo os artigos 180 a 287 da Lei Complementar Municipal 001/2005.

2) O descumprimento do previsto nos procedimentos aqui definidos será também objeto de infração passível de Improbidade Administrativa de acordo com a lei Federal nº. 8.429, de 2 de junho de 1992.

3) Instaurado o processo administrativo, sua conclusão se dará no prazo de 60 (Sessenta) dias podendo ser prorrogado por mais 30 (Trinta) dias.

4) O processo administrativo será desenvolvido por comissão designada pelo chefe do poder executivo, assegurado aos envolvidos o contraditório e a ampla defesa.

5) Os fatos apurados pela comissão serão objetos de registro claro em relatório e encaminhamento à controladoria municipal para emissão de parecer e conhecimento ao chefe de poder correspondente com indicação das medidas adotadas ou a adotar para prevenir novas falhas, ou se for o caso, indicação das medidas punitivas cabíveis aos responsáveis, na forma do estatuto dos servidores.

6) O chefe de poder executivo decidirá no prazo de 30 (trinta) dias, a aplicação das penalidades indicadas no processo.

VII) DISPOSIÇÕES FINAIS:

1) Os esclarecimentos adicionais a respeito deste documento poderão ser obtidos junto à controladoria municipal que, por sua vez, através de procedimentos de checagem (visitas de rotinas) ou auditoria interna, aferirá a fiel observância de seus dispositivos por parte das diversas unidades da estrutura organizacional.

2) Esta Instrução Normativa tem amparo legal no art. 2º e art. 3º, parágrafo único da Lei Municipal nº. 020, de 27/02/ 2008 e o art. 5º, I, do Decreto Municipal nº. 047 de 05/2008 entre outras especificada no item III desta Instrução Normativa que traz a base legal que fundamenta a exigência da mesma.

3) Esta instrução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Barra do Bugres – MT, 21 de dezembro de 2009.

DAVID MARQUES DE QUEIROZ
Controlador Geral

WILSON FRANCELINO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal